

## ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DO DISCURSO: UMA ALTERNATIVA DE INVESTIGAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Marcos Angelus Miranda de ALCANTARA<sup>21</sup>

Erenildo João CARLOS<sup>22</sup>

**Resumo:** Apresentamos a Análise Arqueológica do Discurso (AAD) como metodologia viável para a pesquisa educacional. A partir de Foucault (2008), trazemos algumas categorias analíticas e procedimentos distintos de algumas estratégias interpretativas, empregadas nas ciências sociais, para investigar objetos pertinentes à linguagem, ao discurso e a suas condições de existência. O propósito da AAD é descrever enunciados. Assinalamos três momentos da análise: mapeamento dos documentos, escavação discursiva e descrição dos enunciados. Entende-se que a AAD permite potencializar a pesquisa sobre o discurso pedagógico, em geral, e o discurso da educação de jovens e adultos, particularmente.

**Palavras-chave:** Educação. Discurso. Análise Arqueológica do Discurso.

*Résumé:* Nous présentons l'analyse archéologique du discours (AAD) comme une méthodologie faisable pour la recherche éducationnelle. À partir de Foucault (2008) nous montrons quelques catégories analytiques et des procédés distincts des quelques stratégies interprétatives, employées dans les sciences sociales, pour rechercher des objets appartenants au langage, au discours, et leurs conditions d'existences. Le but de l'AAD est décrire les annoncés. Nous mettons en relief trois moments d'analyse: la cartographie des documents, la fouille discursive et la descriptions des annoncés. Nous comprenons que l'AAD permet renforcer la recherche sur le discours pédagogique, en général, et le discours d'éducation des jeunes et des adultes, particulièrement.

*Mots-clé:* Éducation. Discours. Analyse Archéologique du Discours.

### Introdução

A Análise Arqueológica do Discurso (AAD) contempla, em sua nomeação, um componente

---

<sup>21</sup> Pedagogo e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPB/campus I), do Centro de Educação, João Pessoa/PB, Brasil. E-mail: <[marcosmirandadealcantara@gmail.com](mailto:marcosmirandadealcantara@gmail.com)>.

<sup>22</sup> Pedagogo, Doutor em Educação e professor do Departamento de Fundamentação da Educação (UFPB/campus I), do Centro de Educação, João Pessoa/PB, Brasil. E-mail: <[erenildojc@hotmail.com](mailto:erenildojc@hotmail.com)>.

enunciativo, que nos faz lembrar o domínio científico da Arqueologia, como Ciência, que se ocupa do estudo de vestígios materiais passados e presentes. É sabido, nessa área, que o ofício do arqueólogo é, em última análise, o de construir e descrever, a partir das pistas materiais deixadas, encobertas e soterradas com o passar do tempo, a existência de um artefato determinado, de uma espécie de ser vivo, de uma comunidade humana, de um modo de vida e de relações sociais de uma tribo.

Antes da reconstrução e descrição dos artefatos, o arqueólogo toma uma série de decisões e realiza alguns procedimentos necessários ao processo de investigação empreendido. Em nenhum desses momentos, é aconselhável que ele interprete, suponha ou deduza, interpondo sua subjetividade à ordem das coisas investigadas e descobertas. Desde o início da pesquisa, isso deve ser lembrado. As decisões tomadas, sejam elas expressas no objeto, no problema, na hipótese, na formulação das perguntas, na definição dos critérios de seleção e organização dos achados, na definição dos procedimentos e dos tratamentos específicos a serem empreendidos, devem se fundamentar em algum conhecimento da realidade investigada que evidencie, de fato, que algo exista em tal lugar. Isto deve ser levado em conta tanto na análise, na organização e na reconstrução, quanto na descrição do artefato investigado. É em função desses saberes que se realiza a escolha do local onde ocorrerão as escavações.

Esse conhecimento prévio é o único *a priori* possível, tudo o mais é desconhecido. Em outras palavras, não há como definir, antes da investigação, que tais ou quais objetos, problemas e hipóteses serão confirmados, ou que tais ou quais materiais serão encontrados, que esse ou aqueles serão relevantes à pesquisa: ossos, cerâmica, metais etc. Durante o processo de escavação, somente a partir dos indícios encontrados é que o arqueólogo poderá determinar a correção da formulação de seu objeto de investigação, de seus problemas, de hipóteses, de suas teorias, de seus procedimentos e do sítio arqueológico escavado.

Essa posição do arqueólogo é relevante no sentido de evitar a formulação de suposições, especulações acerca de que os materiais encontrados sejam fragmentos disso ou daquilo. Esse cuidado é necessário, pois, ao escavar um sítio, o arqueólogo poderá encontrar materiais que nunca cogitou, a ponto de redimensionar o rumo da pesquisa. Rejeitando as interpretações, ele penetra nas camadas da terra, percorrendo as pistas encontradas, segue o curso dos achados, retira as peças encobertas, identifica, classifica, separa, agrupa, guarda e encaixa as coisas encontradas. O pesquisador descobre as vinculações concretas entre os artefatos. Somente ao término do exame da singularidade dos achados, do registro de suas características, encaixes e junções, o arqueólogo pode

afirmar que encontrou determinada coisa, e não outra: xícara, jarro, talher, prato, obra de arte, ave, peixe, dinossauro, ser humano, tribo, comunidade, modo de vida etc. De posse dos materiais, devidamente organizados, realiza o procedimento de reconstrução e descrição do possível objeto encontrado.

Afirmar a necessidade de afastamento, máximo possível, das práticas interpretativas, é o mesmo que comparar o enunciado aos materiais que o arqueólogo identifica nos terrenos que escava. Do mesmo modo, se a AAD objetivasse realizar algum tipo de interpretação dos discursos, os enunciados seriam articulados segundo aquilo que o analista acreditasse que fosse, aquilo que fizesse mais sentido para o indivíduo. Também seria possível interpretar de acordo com alguma corrente epistemológica, abordagem teórica ou corrente política. Em suma, a interpretação sempre estaria ancorada em algum modelo ou “arcabouço” prévio, seja subjetivo, ideológico ou epistemológico. Portanto, proceder dessa maneira seria como alguém que, ao encontrar um conjunto de ossos, deixa de juntar a mandíbula ao crânio do esqueleto e utiliza sua criatividade para fazer uma peça de artesanato com a mandíbula, deixando de montar as peças segundo seu próprio formato, função e modo de existência.

A posição assumida pelo analista do discurso, na perspectiva da AAD, se aproxima da ocupada pelo arqueólogo, ao decidir investigar um lugar, um sítio arqueológico, não sabe o que poderá ser encontrado. Somente no curso das minuciosas e cuidadosas escavações, identificações, classificações e do mapeamento de seus achados é que ele poderá juntar uma peça com outra. O pesquisador reconhece vinculações e conexões de modo que possa reconstruir os materiais descobertos. Torna possível descrevê-los e ascender ao nível de entendimento de que o objeto descoberto era determinado artefato, que naquele lugar, viveu certa espécie de ser vivo ou habitou uma dada comunidade humana.

A inclusão do componente *arqueológico* na expressão designativa desta abordagem não lhe confere apenas uma espécie de signo identificador e diferenciador, a exemplo de uma logomarca que permitisse o reconhecimento da investigação das coisas efetivamente ditas e escritas, dos discursos em suas condições de existência. Muito mais do que isso, o termo explicita um modo específico de entender e praticar a investigação e, conseqüentemente, de produzir, organizar e apresentar os achados resultantes da pesquisa. Demarcando o esforço empreendido no sentido de operar um distanciamento, um afastamento de outros processos investigativos, presentes nas ciências sociais, humanas e da educação, que consideram a interpretação como uma via de acesso, de compreensão e de explicitação do discurso, a exemplo das abordagens da Análise do Discurso (AD) de Linha

Francesa<sup>23</sup>, questionamos, juntamente com Foucault (2008, p.154): “O que pode, então, oferecer essa 'arqueologia', que outras descrições não seriam capazes de dar? Qual é a recompensa de tão árdua empresa?”.

### **A linguagem como terreno da investigação arqueológica do discurso**

A análise do discurso, na perspectiva da AAD, parte do pressuposto de que o terreno de sua escavação é a linguagem, seja ela escrita (textual), falada (oral) ou imagética (visual). Entretanto, seu interesse específico se encontra em investigar e conhecer como se organiza e funciona uma camada singular desse lugar, que é, precisamente, o território arqueológico do discurso. Ao definir um discurso ou uma prática discursiva determinada, Foucault (*Ibidem*, p.166) diz que “a arqueologia pode [...] constituir a árvore de derivação de um discurso, como, por exemplo [...]”: o discurso sobre a educação de jovens e adultos no Brasil; a presença enunciativa da Educação de Jovens e Adultos no espaço institucional do Curso de Pedagogia da UFPB ou o discurso visual do uso pedagógico de um gênero de imagem na educação, como a charge, a pictórica, a televisiva, a cinematográfica, a fotográfica ou a digital. Em suma, o analista do discurso faz de alguns desses segmentos seu sítio arqueológico.

Em sua pesquisa, uma das tarefas consiste em entender o solo que escava. Isto é, saber sobre a ordem de funcionamento da linguagem, haja vista ela ser o lugar onde aparece e se constitui o discurso, como acontecimento enunciativo. É sabido que o ser da linguagem é composto por signos, cujos ser e modos de existência têm sido objeto de estudo de vários gêneros de saber. Uma das vias de análise da questão da linguagem tem ocorrido a partir de sua relação com o conhecimento. Sobre esse assunto, Oliveira (1996) lembra que o escrito mais antigo é o *Crátilo* de Platão. Segundo o autor, Platão defende que uma das funções da linguagem é de intermediar o conhecimento humano. Isso não significa, no entanto, que ele chegasse a admitir que as palavras tivessem a mesma forma dos objetos por elas designados. Um dos argumentos utilizados por Crátilo, para defender esta ideia, é de que uma das utilidades das palavras é de separar, classificar e distinguir as coisas.

---

<sup>23</sup> Segundo Silva e Beana (2006), a AD aparece na conjuntura intelectual dos anos 1960-70. A finalidade, era o estudo de textos políticos. Sua criação passou pela construção de uma teoria da linguagem. Sua sustentação epistemológica é o marxismo. Markezan (2008) aponta as contribuições de Authusser, no que diz respeito à ideologia. Michel Pêcheux (1995, p.143) anuncia a necessidade de “[...] esclarecer os fundamentos de uma teoria materialista do discurso”. Ele evidencia o caráter contraditório do discurso, ao tomá-lo como base, para as análises, a divisão e a luta de classes. Ele aborda a Linguística, a Lógica e a Filosofia da Linguagem.

Nessa perspectiva, parece que seria fundamental o entendimento da linguagem como um sistema estrutural, com inúmeras possibilidades de formulação. Uma delas é a assinalada por Oliveira (*Ibidem*, p.20), quando diz que, “[...] na perspectiva de Platão, há uma relativa correspondência [...] entre estrutura gramatical e estrutura ontológica [...]”, ou seja, a construção da língua não seria totalmente arbitrária, nem totalmente correspondente. Se, por um lado, Crátilo defende a ideia de que, para o conhecimento do ser, basta o conhecimento dos nomes, segundo Oliveira (*Ibidem*, p.21), Sócrates replica que “[...] todo sistema de nomes pode tanto ajudar como atrapalhar o conhecimento”.

Sobre o tema, Foucault (1999) argumenta que, muito antes desse diálogo platônico, a linguagem tinha sido posicionada de duas maneiras distintas: de um lado, como um modo de ser da própria natureza; de outro, como uma “convenção”, estabelecida pelos seres humanos, com o fim de se comunicarem uns com os outros. Seria, exatamente, esse antagonismo que aparece em Platão – o *convencionalismo* defendido por Hermógenes, e sua antítese, o *naturalismo*, defendido por Crátilo – que é necessário compreender, para que possamos nos aprofundar em uma reflexão acerca da possibilidade de a linguagem mediar o acesso ao conhecimento. Conclui Foucault (*Ibidem*, p.85) que os “[...] os signos naturais não passam do esboço rudimentar, o desenho longínquo que só será concluído pela instauração do arbitrário”. Dito de outra maneira, os signos “naturais” são uma espécie de preparação para a invenção dos signos convencionais. Sobre as inúmeras possibilidades de formulação que a linguagem oferece, como um sistema estrutural, Foucault (2001, p.160) assinala que os

[...] linguistas, (sic) como também os autores de dicionários, sabem quão poucas palavras são necessárias para constituir todos os enunciados possíveis, infinitos, quantitativamente em aberto, que são os enunciados que pronunciamos cotidianamente. Não cessamos de utilizar uma certa estrutura de repetição, fonemática, semântica das palavras. Além disso, sabemos que a linguagem pode se repetir, excetuando-se a voz e a elocução. Pode-se dizer a mesma frase, pode-se dizer a mesma coisa com outras palavras: é nisso que consiste a exegese, o comentário etc. Pode-se repetir uma linguagem em sua forma, suspendendo inteiramente seu sentido: é isso que fazem os teóricos da linguagem quando repetem uma língua em sua estrutura gramatical ou morfológica. De todo modo, a linguagem é provavelmente o único lugar do ser no qual algo como a repetição é absolutamente possível.

De modo parecido, Montenegro (2007, p.369) refere que “Sócrates é chamado para tentar uma conciliação [...]” entre o convencionalismo e o naturalismo. Dizendo de outro modo, Montenegro (*Ibidem*, p.371) assinala que se trata de “[...] não tomar por outra uma forma que é a mesma, nem pela mesma uma forma que é outra”. É importante destacar a observação que Oliveira

(1996, p.19) faz ao pensamento grego, segundo o qual, “as coisas possuem qualidades objetivas, relações e diferenças em si mesmas”.

Podemos dizer, a partir do exposto, que, de modo geral, o signo tem uma constituição tricotômica, a saber: significante, significado e referência. O significante diz respeito às marcas gráficas (escrita), ao som (fala) e às formas, texturas, dimensões e configurações visuais (imagem). O significado consiste nas ideias que estão associadas aos significantes e à referência e se relaciona com as coisas sobre as quais se escreve, diz ou se mostra. Como signo, Foucault (2008) diz que a linguagem remete os indivíduos ao exterior dela. O signo, portador de significante e de referência, que são seus elementos empíricos, refere-se a algo que não é ele mesmo, daí seu caráter abstrato. Mesmo assim, apenas por meio do signo é possível capturar o discurso. Geralmente, o par significante-significado compõe uma representação sobre a referência.

Se o ser da linguagem, em geral, é constituído por signos, seus modos de existência dependem da natureza dos elementos tricotômicos que constituem um signo, em particular, e o modo como se organiza e funciona. Esse entendimento é fundamental, pois, a depender do tipo de signo a ser analisado (escrita, fala ou imagem), as estratégias de escavação e as camadas a serem investigadas, assim como os achados enunciativos, poderão ser diversos e distintos. No caso específico da escrita, lembra Foucault (2001, p.414) que “[...] a tarefa atual de todo o pensamento [...] seria acolher na linguagem o espaço de toda a linguagem, espaço no qual as palavras, os fonemas, os sons, as siglas escritas, podem ser, em geral, signos”.

Podemos constatar que uma maneira de abordar a questão da linguagem ocorre por meio de seu entrelaçamento com o conhecimento que se pretende construir sobre o mundo natural e humano. Em outras palavras, sobre a possibilidade de o par significante-significado poder ou não representar a referência sobre a qual se debruça, reflete, investiga e registra. As pesquisas de cunho arqueológico, por outro lado, deslocam o foco do eixo de domínio da série linguagem-conhecimento, para o território arqueológico da série linguagem-saber. Nesse lugar se encontram os inúmeros sítios arqueológicos do discurso. É na escavação, desses territórios de saberes, que é possível encontrar os artefatos enunciativos, a exemplo das ordens de discurso, das práticas discursivas, dos arquivos, das formações discursivas e das positivities. Não obstante, Foucault (2008, p.184) assegura que:

a arqueologia situa sua análise em outro nível: os fenômenos de expressão, de reflexos e de simbolização são, para ela, apenas os efeitos de uma leitura global em busca das analogias formais ou das translações de sentidos; quanto às relações causais, elas só podem ser assinaladas no nível do contexto ou da situação e de seu efeito sobre o sujeito falante; de qualquer modo, umas e outras só podem ser demarcadas uma vez definidas as positivities em que aparecem e as regras segundo as quais essas positivities foram formadas.

Do território da pesquisa arqueológica sobre o terreno da linguagem, emergem questões do tipo: o que é possível se dizer sobre algo? Como a linguagem é posta para funcionar em determinada maneira de dizer o que é dito sobre algo? Como é, e por que certo discurso se organiza de determinada maneira, e não, de outra? Quais são suas regras internas de funcionamento? Quais são as condições enunciativas de sua existência em dado lugar social e momento da história? Essas e outras perguntas da mesma natureza são próprias das formuladas pela AAD. Por essa razão, mesmo sabendo que a linguagem serve para designar o mundo, expressá-lo e representá-lo, não é ela, em última análise, o objeto da investigação da AAD. Acerca disso, Foucault (2008, p.191) ratifica que o discurso “[...] não é uma consciência que vem alojar seu projeto na forma externa da linguagem; não é uma língua, com um sujeito para falá-la. É uma prática que tem suas formas próprias [...]”. Seu objeto de investigação é um território específico da linguagem, ou seja, o discurso. Ao deixá-la em suspenso, exercitam-se o deslocamento, a conversão e o abandono da análise interpretativa para a análise arqueológica do discurso.

### **A camada e a zona da investigação do arqueólogo do discurso**

Para responder a perguntas como as que formulamos anteriormente, precisamos nos ater à camada do solo que diz respeito à AAD. Em outras palavras, se, de um lado, metaforicamente falando, a linguagem se configura como o terreno sobre o qual se debruça qualquer analista do discurso, de outro, o enunciado é o segmento da zona discursiva da linguagem que caracteriza o lugar específico do interesse da análise arqueológica do discurso. Esse segmento da zona constitui o sítio arqueológico que deverá ser escavado. É nele que se buscam encontrar os artefatos do discurso próprios da AAD. É sobre ele que a AAD se debruça, visando conhecê-lo, explicitá-lo e descrevê-lo.

Ao escavar o solo do terreno da linguagem, deparamo-nos com a camada do discurso, onde encontramos alguns artefatos discursivos, sedimentados em segmentos discursivos distintos. O primeiro tipo de artefato diz respeito aos elementos constituintes da própria natureza ou ser da

linguagem, o par significante-significado, que, pelo modo como se dispõe e funciona, adquire uma maneira de ser própria no âmbito do discurso. As séries de signos que articulam significantes e significados delineiam a zona de interesse de estudos associados, por exemplo, à Filosofia da Linguagem, à Linguística e à própria Etimologia. O segundo tipo de artefato discursivo que compõe a zona do solo do discurso é constituído por séries de signos, marcados pelo par sentido-contexto. Esse segmento é o que define o universo de interesse de certos estudos efetivados, por exemplo, pela Análise Automática do Discurso, pela Semiótica e pela Hermenêutica. A terceira zona do discurso, a que interessa, especificamente, à AAD, é a constituída pelo conjunto de artefatos enunciativos. Nela, o enunciado se configura como a *unidade* da investigação, como o *objeto*, por excelência, da AAD. Ao se identificar o discurso como unidade de estudo, não se deve confundi-lo com a unidade de um livro, de uma obra atribuída a um autor ou, até mesmo, de um campo de conhecimento, como o da Ciência, da Filosofia ou da Teologia. É o artefato enunciativo, presente nessa camada do discurso, que o arqueólogo do discurso procura, ao escavar o solo da linguagem.

Para escavar essa zona da linguagem, a AAD oferece algumas ferramentas de análise. A primeira delas é a própria noção de *discurso*. De acordo com Foucault (2008), trata-se de uma série de signos, que se articulam a partir de regras específicas. Uma das necessidades desse tipo de investigação é, justamente, de compreender e explicar tais regras, no momento da análise e da descrição. As especificidades dessas regras de articulação é o que confere ao signo o valor de enunciado. Em última análise, podemos afirmar, ainda de acordo com Foucault (*Ibidem*), que o discurso é uma série de enunciados, apoiados em uma mesma formação discursiva. É exatamente na *formação discursiva* que as escavações devem ocorrer.

Essa noção do discurso possibilita algumas interrogações sobre o *enunciado*, como estas: Seria ele a mesma coisa que um Ato de Fala? Frase? Proposição? Foucault (*Ibidem*) desconstrói cada uma dessas hipóteses, ao conceber o enunciado como uma *função*. Tal noção aciona a ideia de correlações. Quando elas acontecem entre o que se diz e a ação subjacente, caracterizam as que são próprias dos atos de falas; entre o que se diz e seu significado, identificam as que são próprias das frases; e entre o que se diz e suas referências na realidade concreta, assinalam as que são próprias das proposições. Diferentemente de cada um desses três casos, as correlações procuradas pelo arqueólogo do discurso são aquelas específicas dos enunciados, definidas pelas regras de cada prática discursiva ativada e posta em jogo em determinada ordem de discurso.

A segunda característica do enunciado é a constituição dos sujeitos. Foucault (*Ibidem*, p.105) afirma que “[...] o sujeito do enunciado é uma função determinada [...] na medida em que é uma

função vazia, podendo ser exercida por indivíduos [...]”, assim como o mesmo indivíduo pode assumir posições distintas de sujeitos, a depender o enunciado que transita. O que não se pode perder de vista é a distinção que ele faz (*Ibidem*) entre indivíduo e sujeito. O primeiro tem a ver com o próprio sentido corrente do termo: a pessoa de carne e osso, que dorme, acorda, alimenta-se, vai ao banheiro etc.; o segundo, além de estar fora dessas possibilidades cotidianas, não é o mesmo que um ser social, político ou histórico. Trata-se, enfim, de uma característica própria do enunciado, um lugar vazio no discurso, que pode ser assumido por indivíduos de contextos sociais, políticos e históricos completamente distintos.

Outro aspecto da existência do enunciado diz respeito aos *campos de domínio*. Não se trata meramente de um contexto em que o enunciado aparece, mas de seu *cenário de coexistências* discursivas. O contexto é algo associado à frase, à vida, à história. Esclarecendo essa noção, Foucault (*Ibidem*, p.109) exemplifica: “certamente, não se sabe muito bem o que 'quer dizer' um conjunto de palavras como 'Isso eu lhe direi amanhã'; de qualquer modo, não se pode datar esse amanhã, nem nomear os interlocutores, nem adivinhar o que deve ser dito”. Sobre o campo enunciativo, esse autor (*Ibidem*, p.112) explica que ele é

[...] o domínio de coexistência em que se exerce a função enunciativa. Mas elas só podem existir e só são suscetíveis de análise na medida em que as frases tenham sido “enunciadas”; em outros termos, na medida em que se desenrolem em um campo enunciativo que permitam que elas se sucedam, se ordenem, coexistam e desempenhem um papel umas em relação às outras. O enunciado, longe de ser o princípio de individualização dos conjuntos significantes (o “átomo” significativo, o mínimo a partir do qual existe sentido), é o que situa essas unidades significativas em um espaço em que elas se multiplicam e se acumulam.

Finalmente, o enunciado não prescinde de sua materialidade, isto é, do nível de sua existência, que não se trata de uma existência empírica: uma gravação, uma fotografia, desenho, texto e etc. Os enunciados circulam nos textos, nas falas, nos livros, entre autores e campos de saberes. Os textos ou obras seriam, no máximo, um nó em uma rede, que é muito mais complexa, pois o discurso está situado em todos esses lugares. Diante disso, a necessidade que se coloca diante da pesquisa que pretende analisar arqueologicamente um enunciado é de percorrer essa diversidade documental, visando apreender as regularidades presentes na dispersão do discurso investigado, no terreno da linguagem.

A ideia de terreno nos remete a algo empírico, situado no espaço, um lugar, um solo que tem uma existência empírica, que tem uma presença histórica, uma existência material. Essa materialidade da linguagem se efetiva e acontece de três modos básicos: a escrita, a fala e a imagem. Estamos, especificamente, no terreno da linguagem, das coisas escritas, ditas, desenhadas, pintadas

ou capturadas fotograficamente. Do ponto de vista da pesquisa, esses artefatos empíricos, configuram-se, de um lado, na materialidade da própria linguagem que é o signo e o tipo a ser investigado indica os documentos que constituíram o *corpus* da pesquisa, que serão escavados pelo arqueólogo para explicitar e descrever certa ordem discursiva. Portanto, do ponto de vista metodológico da pesquisa arqueológica, diríamos que os textos escritos, as falas gravadas, os desenhos, as pinturas, os vídeos e as fotografias, relacionados ao objeto da pesquisa se configuram como documentos, cujo conjunto constituiria o *corpus* da pesquisa. Portanto, de um lado, o signo (escrito, sonoro ou visual), e de outro, os documentos configuram o terreno a ser escavado pelo arqueólogo. Eles são definidos a partir da relação que estabelecem com a ordem do discurso como objeto da investigação do arqueólogo.

Em suma, a materialidade refere-se ao *status* que o enunciado ganha em determinado discurso, isto é, busca-se seu aparecimento em uma dada ordem discursiva. Nesse sentido, Foucault (*Ibidem*, p.115-116) questiona: “Qual é, pois, essa materialidade própria do enunciado e que autoriza certos tipos singulares de repetição? [...] Qual é, pois, esse regime de *materialidade repetível* que caracteriza o enunciado?” E ele mesmo responde que “[...] não é uma materialidade sensível, qualitativa, apresentada sob a forma da cor, do som ou da solidez [...]”. Nesse sentido, não há como confundir a materialidade do enunciado com a empiria de “[...] um livro, ou, ainda melhor, os diferentes exemplares de uma mesma tiragem [...]”. Nada disso daria lugar a “[...] igual número de enunciados distintos”, mas ao aparecimento do enunciado em certa ordem discursiva.

Pelo exposto, observa-se que o trabalho do analista do discurso, orientado pela perspectiva da AAD, requer um tratamento que se diferencia tanto na própria definição do sítio arqueológico, sobre o qual se debruçará sua investigação, quanto na escolha das ferramentas conceituais que o ajudarão a escavar o solo discursivo, em busca dos artefatos enunciativos desejados. Com efeito, ao adentrar a zona da camada do discurso pesquisado, o analista procura conhecer as séries e as funções enunciativas, os campos de domínio, as regras que constituem as formas ou os modos de existência do discurso estudado. Quando o analista consegue identificar corretamente as peças do discurso, o modo como esses elementos se articulam, funcionam e organizam-se; quando o pesquisador consegue juntar seus achados enunciativos e montar o quebra-cabeças, poderá descrever a ordem específica do discurso a que se propôs a pesquisar.

## O discurso da educação de jovens e adultos como um sítio da escavação arqueológica

É sobremaneira relevante refletir sobre o lugar que a AAD pode ocupar no cenário da pesquisa em EJA, que tem sido vista como um acontecimento cultural e histórico. Nesse sentido, é necessário esclarecer, primeiramente, que, ao recorrer à AAD como ferramenta, não temos a intenção de analisar a EJA como um acontecimento situado no campo da História da Educação, de compreendê-la a partir de concepções ideológicas, políticas, pedagógicas ou, ainda, de comparar o que se diz com o que se faz na EJA. Em outras palavras, não se emprega a AAD como uma técnica para se realizar um estudo preocupado com as teorias de currículo, com as práticas educativas, com a trajetória histórica da EJA ou a distância entre a proposta e sua efetividade. Com efeito, embora o conhecimento do discurso possibilite a compreensão de alguns desses fatores, a AAD não se ocupa em fazer uma pesquisa de natureza empírica, a exemplo das dimensões mencionadas.

Alguns interlocutores, então, poderiam questionar se esse tipo de pesquisa não estaria desvinculada da realidade, uma vez que se desloca das práticas concretas, da história, do currículo, das concepções acerca da EJA ou do processo formativo dos pedagogos, para analisar o discurso como um acontecimento. De fato, isso inviabilizaria todo o trabalho se o discurso não fosse algo que produzisse efeitos concretos no contexto das relações sociais cotidianas e históricas da EJA.

Vale salientar, no entanto, que o discurso é uma prática tão concreta como é a prática educativa ou a prática política, porquanto todas elas existem objetivamente, independentemente da consciência dos indivíduos. As práticas discursivas estão situadas no tempo e no espaço social. Considerando que o discurso é uma prática concreta, é necessária a clareza que ele está situado no campo da linguagem, um complexo social, criada ao longo da história humana e que realiza a mediação da sociabilidade. Não é o caráter abstrato que compromete a existência concreta do discurso, apenas ele não é um acontecimento empírico. A AAD, porém, não está situada na oposição existente entre o abstrato e o concreto.

Trata-se da operação de uma ruptura da dicotomia entre as práticas e os discursos. As unidades referidas, como assinala Foucault (*Ibidem*, p.24), não são “[...] indivíduos, obras, noções ou teorias”, mas sim, os princípios que as agrupam, em meio às suas próprias dispersões. Nesse sentido, Foucault (*Ibidem*, p.24 - 25) observa que é

[...] preciso também que nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que nos são familiares. [...] Mas, sobretudo, as unidades que é preciso deixar em suspenso são as que se impõem da maneira mais imediata: as do livro e da obra. Individualização material do livro que ocupa um espaço determinado, que tem um valor econômico e que marca por si mesmo, por um certo número de signos, os limites de seu começo e de seu fim; estabelecimento de uma obra que se reconhece e se delimita, atribuindo um certo número de textos a um autor. E, no entanto, assim que são observadas um pouco mais de perto, começam as dificuldades. [...] Em outros termos, a unidade material do volume não será uma unidade fraca, acessória, em relação à unidade discursiva a que ela dá apoio?

Ao anunciar a EJA, situada no terreno da linguagem, ainda que possa ser vista como um acontecimento localizado no âmbito da camada do discurso, ela pode ser tratada fora do segmento enunciativo. Isto é, poderá ser abordada pelo viés da representação ou do sentido, sendo, assim, subsumida às zonas discursivas, vizinhas ao sítio arqueológico, permanecendo assim na superfície da linguagem. De acordo com Foucault (2001, p.140), a linguagem é o “[...] murmúrio de tudo que é pronunciado [...] sistema transparente que faz com que [...] sejamos compreendidos; em suma, a linguagem é tanto o fato das palavras acumuladas na história quanto no sistema da língua”. Embora sua preocupação também gire em torno das articulações internas dos discursos, a AAD problematiza a EJA como um acontecimento situado no território arqueológico do enunciado.

Acerca do campo específico da EJA, enquanto terreno de investigação da AAD, Marques (2010) demonstra esta questão, ao investigar as regularidades enunciativas que fazem emergir as especificidades EJA. Essa pesquisa propõe uma análise arqueológica no discurso curricular da rede municipal do Recife/PE, concluindo que algumas correlações que enunciam os sujeitos da EJA estão postas no discurso investigado. Segundo a pesquisadora, determinados “achados” independem de contextos históricos e institucionais. É dito sobre os sujeitos da EJA, nesses discursos, que são: trabalhadores, desempregados e excluídos da sociedade. Embora estes ditos, se analisados do ponto de vista proposicional, façam referências ao contexto social, do ponto de vista enunciativo, são identificados em tempo e lugares distintos. Essa investigação lança luz sobre diversos modos de se falar, pensar, teorizar e conseqüentemente elaborar uma proposta educativa voltada a jovens e adultos.

Nessa mesma perspectiva arqueológica de compreensão do discurso, Santos (2011) investiga as regularidades enunciativas da feminilidade entre o currículo da EJA e uma telenovela brasileira. Buscando compreender a interpenetração, entre esses dois lugares, a pesquisadora escavou o enunciado da feminilidade em documentos como “Proposta Curricular para o Ensino Fundamental da

EJA” e “Diários de Classe da EJA do ano de 2009”. Além disto, foram investigadas algumas cenas da telenovela “Viver a Vida”, produzida e exibida pela Rede Globo entre 2009 e 2010. A própria telenovela, o resumo da trama, assim como artigos midiáticos, que enfocavam o folhetim, constituíram o *corpus* documental utilizado para acessar as séries enunciativas, objeto da pesquisa.

Carlos (2005) elabora uma Tese de doutorado que marca a questão da investigação da EJA, a partir de sua ordem discursiva, intitulada: “A formação do discurso sobre a Educação de Adultos no Brasil (de 1889 a 1940)”. Esse trabalho também investiga a EJA a partir de uma perspectiva enunciativa arqueológica. De acordo com seus achados, há um discurso jurídico, marcado pelo signo da norma, um discurso político, regido pelo poder e um discurso pedagógico, que confere visibilidade a questão do fazer. Essa tríade forma o discurso sobre a EJA no Brasil, do período investigado. A pesquisa conclui afirmando que essa formação discursiva é anterior aos anos 1930, a data que, de acordo com a historiografia, é o momento do aparecimento da Educação de Adultos, enquanto interesse do Estado brasileiro. Logo, o enunciado da Educação de Adultos, seria anterior ao aparecimento da EJA na história da educação brasileira (CARLOS, 2005).

Enfim, tanto as investigações empreendidas por Marques (2010) e Santos (2011) quanto por Carlos (2005) exemplificam como a AAD pode contribuir com a produção do conhecimento no campo da EJA. Tanto as dissertações quanto a Tese revelam as interfaces enunciativas dessa modalidade educativa, iluminando o debate acerca de áreas como a identidade dos sujeitos da EJA, o currículo escolar, a até apresentando novos elementos de problematização ao campo da historiografia educacional.

Nesse sentido, a AAD opera dois tipos de deslocamentos: o da questão da EJA dos contextos sócio-históricos para o campo do discurso; e outro que se realiza no tratamento dado na própria camada do discurso, mediante o deslocamento das zonas vizinhas do significado e do sentido para a zona do enunciado. Desse entendimento, emerge a necessidade de esclarecer, por exemplo, o que se pretende fazer ao se colocar um problema de investigação arqueológico do tipo: De que modo se constitui a presença enunciativa da EJA no Curso de Pedagogia? Onde serão encontrados os discursos e quais seriam as fontes da pesquisa: o currículo do Curso de Pedagogia? Será necessário ouvir os alunos e os professores do Curso? Não seria melhor o pesquisador se debruçar na obra de algum autor que aborda a questão da EJA nos Cursos de Pedagogia?

De fato, os projetos, as ementas, os planos de curso, os textos e as falas constituem o conjunto de materiais empíricos com que, possivelmente, o analista do discurso irá se deparar no decorrer da pesquisa. No entanto, não são esses os objetos propriamente ditos da análise e da descrição, mas uma

dada ordem discursiva, que se faz presente, que aparece, circula e é mobilizada nesses documentos.

Todo discurso tem uma materialidade que, na perspectiva da AAD, não é empírica, a exemplo de um texto escrito, uma fala proferida, uma representação visual ou um documento histórico. Lembramos que, segundo Foucault (2008, p.113), o enunciado tem uma “[...] existência material”, que se expressa em documentos institucionais, textos jurídicos e acadêmicos, imagens cotidianas ou em falas históricas, o que só ocorre por conta do *status* que tem em determinada ordem discursiva. O *status* conferido ao enunciado garante sua efetiva presença material, que se evidencia também no conteúdo e na forma das práticas educativas, dos financiamentos de projetos, nas políticas internacionais e em diversos campos da EJA, em particular, e da vida social, em geral.

### **Considerações finais**

Cabe indicar, sucintamente, o que foi dito, de forma dispersa ao longo do texto, sobre a maneira como operamos no curso da Análise Arqueológica do Discurso. Temos empregado três procedimentos básicos, a saber: o mapeamento dos documentos, a escavação da zona do discurso e a análise e a descrição dos enunciados.

1 – Mapeamento dos documentos: nessa fase da investigação, o objetivo é identificar, selecionar e organizar o *corpus* de documentos que propiciará a investigação. Geralmente, o primeiro conjunto de documentos é composto por uma série de textos considerados relevantes no campo não discursivo, no qual se situa o assunto, a exemplo de textos jurídicos, acadêmicos, livros, produções audiovisuais, letras de música, fotografias, entre outros. Nesse procedimento, o analista começa a mapear essa diversidade documental relativa ao enunciado que pesquisa. Em alguns momentos, é necessário estabelecer delimitações de ordem temporal, espacial ou de gênero documental, seja porque os documentos podem remeter o pesquisador a tempos e lugares distintos daquele que interessa à pesquisa, seja porque falem recursos técnicos para acessar algum documento como vídeo, áudio etc. Em todo o caso, o que prevalece é a relação que os documentos têm com o discurso que se investiga.

2 – Escavação da zona do discurso: é o momento da “leitura” sistemática de todo o material mapeado, de adentrar o solo arqueológico em busca dos artefatos enunciativos. O pesquisador pode iniciar por qualquer um dos documentos selecionados. Contudo será necessário cautela, pois esse momento difere de um fichamento, resumo ou resenha. Essa leitura não visa, meramente, estudar um texto, mas identificar as séries enunciativas do discurso investigado, que serão catalogadas e

organizadas a partir dos documentos escavados.

3 – Análise e descrição dos enunciados: para realizar esse procedimento, o pesquisador deve identificar as unidades enunciativas, isto é, a partir do documento consultado, ele confere visibilidade aos enunciados soterrados, identifica as regularidades presentes nas dispersões dos documentos e identifica ordem no aparente caos do discurso investigado. Finalmente, descreverá as regras que permitiram o aparecimento da ordem discursiva específica pesquisada.

Embora seja uma abordagem situada no nível da linguagem, não se busca a análise da linguagem em sua totalidade, por isso que os esquemas da Lógica, da Linguística ou da Gramática também não estiveram presentes nesta discussão. A AAD busca um nível particular de análise da linguagem, isto é, o nível enunciativo. Logo, a necessidade de compreender as relações entre significante, significado e referente não faz parte dos objetivos da AAD. As relações que se buscam são as que se situam no nível do enunciado, visando compreender as regras que mobilizam as séries de signos, formando determinado modo de se dizer algo. É possível afirmar que a AAD, no final das contas, produz uma espécie de ontologia do discurso.

É importante ressaltar que não se pode confundir o enunciado com uma parte indivisível do discurso. Em sua complexidade, ele está em uma espécie de “transversalidade” de frases, proposições e atos de fala, mas, em hipótese alguma, pode confundir-se com esses elementos. A AAD ocupa-se dos acontecimentos, no campo do discurso, apoiados em séries de signos. Nesse sentido, a AAD busca a consciência daquilo que se diz, isto é, do enunciado.

Embora a AAD não negue, *a priori*, a EJA, como uma modalidade educativa que pressupõe um conjunto de práticas educativas específicas ao educando jovem ou adulto, ela nos conduz a entendê-la como um acontecimento discursivo. Como uma prática discursiva, a EJA produz efeitos no cenário das lutas enunciativas, determina e forja posições de sujeitos, disputas e interdições ideológicas, políticas e pedagógicas, travadas na história da educação brasileira. Portanto, entendemos que a AAD oferece uma valiosa contribuição para o campo da pesquisa em educação, em geral, e para o campo dos saberes sobre a EJA, em particular.

## Referências

CARLOS, Erenildo João. **A formação do discurso sobre a Educação de Adultos no Brasil: de 1890 a 1940.** 2005. Doutorado. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará. 2005. Disponível em: <<http://paedagogiumejc.blogspot.com.br/p/escritos.html>>. Acesso: 30 de mai de 2013.

\_\_\_\_\_. O discurso sobre a educação de jovens e adultos: uma possibilidade de análise na perspectiva foucaultiana. In: VASCONCELOS, José Gerardo; MAGALHÃES JR., Antônio Germano. (Orgs.). **Um dispositivo chamado Foucault**. Fortaleza, LCR, 2002. p.99-112.

CARVALHO, Rosângela Tenório de. O discurso curricular intercultural na educação de jovens e adultos e a produção de subjetividades. **Educ. Pesqui.** [online]. 2012, vol.38, n.1, p.47-61. ISSN 1517-9702. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022012000100004>>. Acesso: 11 de set de 2012.

FISCHER, R. M. Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cad. Pesqui.** [online]. 2001, n.114, p.197-223. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Beata Neves, 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos).

\_\_\_\_\_. Linguagem e Literatura. In: MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MARQUES, Eliza Solange Vasconcelos. **A Especificidade da Educação de Jovens e Adultos no Discurso Curricular da Rede Municipal do Recife**. 2010 1v. 114p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal De Pernambuco. 2010. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20101425001019001P7>>. Acesso: 22 de nov de 2012.

MARQUEZAN, Reinoldo. O discurso da legislação sobre o sujeito deficiente. **Rev. bras. educ. espec.** [online]. 2008, vol.14, n.3, p.463-478. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382008000300009&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000300009&lang=pt)>. Acesso: 29 de Jul de 2012.

MONTENEGRO, Maria Aparecida de Paiva. Linguagem e conhecimento no Crátilo de Platão. **Kriterion** [online]. 2007, vol.48, n.116, p.367-377. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2007000200006>>. Acesso: 15 de out de 2012.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. **Reviravolta Lingüístico – Pragmática: na filosofia contemporânea**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisa pós-crítica em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, V 34, n 122, p.283 – 303. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/v34n122/22506.pdf>>. Acesso em: 02/01/2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

SANTOS, Ana Paula Rufino dos. **Trabalho e Maternidade: Regularidades Enunciativas do Discurso da Feminilidade no Currículo da EJA e no Currículo Cultural da Telenovela**. 2011 1v. 189p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. 2011. Disponível

em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2011325001019001P7>>. Acesso: 19 de jan de 2013.

SILVA, Henrique César da; BAENA, Camila Raimualdo and BAENA, Juliana Raimualdo. O dado empírico de linguagem na perspectiva da análise de discurso francesa: um exemplo sobre as relações discursivas entre ciência, cotidiano e leitura. **Ciênc. educ.** (Bauru) [online]. 2006, vol.12, n.3, p.347-364. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132006000300008&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132006000300008&lang=pt)>. Acesso: 30 de Jul de 2012.